

ANALISTA DE GESTÃO CORPORATIVA CONTABILIDADE

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com o tema da Redação e 60 questões objetivas, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

Conhecimentos Básicos				Conhecimentos Específicos	
Língua Portuguesa		Noções de Administração Pública		Questões	Pontuação
Questões	Pontuação	Questões	Pontuação		
1 a 10	2,5 ponto cada	11 a 20	1,5 ponto cada	21 a 60	1,5 ponto cada
Total: 25,0 pontos		Total: 15,0 pontos		Total: 60,0 pontos	
Total: 100,0 pontos					

b) um **CARTÃO-RESPOSTA** destinado à marcação das respostas das questões objetivas formuladas nas provas cujo verso é a página para desenvolvimento da Redação, que vale até 50,0 pontos, o qual é denominado **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**.

02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO** é sensível a marcas escuras, portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - O candidato deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**, para não o **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO** SOMENTE poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado em suas margens superior e/ou inferior - **DELIMITADOR DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** deste Concurso Público o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização das provas, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios não analógicos, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;

b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**;

c) se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**, quando terminar o tempo estabelecido;

d) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**.

Obs: Iniciadas as provas, o candidato só poderá retirar-se da sala após decorrida **1 (uma) hora** do efetivo início das mesmas e não poderá levar o **CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.

09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - O candidato deve, ao terminar as provas, entregar ao fiscal este **CADERNO DE QUESTÕES**, o **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO** e **ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA**.

11 - O **TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E DE REDAÇÃO É DE 4 (QUATRO) HORAS**, incluído o tempo para a marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

REDAÇÃO

A vida em comunidades, grandes ou pequenas, requer equilíbrio entre os direitos individuais e as regras de boa convivência, tanto no espaço privado quanto no espaço público.

Na legislação atual, existem leis que, em função de suas finalidades, estabelecem restrições objetivas para a geração de ruídos durante dia e noite.

Se por um lado sabe-se que estudos médicos consideram que o volume elevado pode causar danos à saúde humana e dos animais, por outro lado, som alto pode vir associado à alegria, como ocorre em bailes de carnaval e em festas públicas.

Pesquisa feita sobre o assunto no Google traz matérias que ilustram as duas posições. O incômodo produzido pelo som está presente em títulos como “Moradores reclamam do som alto no Pacaembu”, “Quando é possível reclamar do vizinho barulhento” e “Som alto prejudica a saúde”. Por outro lado, há um site no Facebook intitulado “Loucos por som Alto” e uma postagem no Instagram que afirma “É assim que começa a segundona!!! Som alto e alegria pra trabalhar e treinar!!”.

Com base nesses aspectos sobre o prazer e o incômodo provocados pelo uso do som no espaço público e privado, **escreva um texto em que você se posicione a favor ou contra a existência de lei que determine o modo como o som deve ser usado nesses espaços.** Apresente argumentos claros e precisos que sustentem a sua opinião. **Esclareça, ainda, se essa lei deve restringir-se a certos horários ou locais.**

No desenvolvimento do tema, o candidato deverá:

- a) demonstrar domínio da escrita padrão;
- b) manter a abordagem nos limites da proposta;
- c) redigir o texto no tipo dissertativo-argumentativo, não sendo aceitos textos narrativos nem poemas;
- d) demonstrar capacidade de seleção, organização e relação de argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista.

Apresentação da redação

- a) O texto deverá ter de 20 a 25 linhas, mantendo-se no limite de espaço para a Redação.
- b) O texto definitivo deverá ser passado para a Página de Redação (o texto da Folha de Rascunho não será considerado), com caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta e em letra legível.
- c) A Redação não deve ser identificada, por meio de assinatura ou qualquer outro sinal.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Pessoa em pessoa

Existe uma ironia ao fazer-se um guia a partir de um roteiro turístico escrito por Fernando Pessoa: embora ele tenha detalhado cada ponto de Lisboa, cidade onde nasceu e viveu, o maior poeta português não gostava de viajar. Se saiu, foi muito pouco, e só deixou a sua cidade natal em raras ocasiões. Numa delas, por motivos familiares, viveu um período em Durban, na antiga colônia inglesa na África do Sul. Após a morte do pai, a sua mãe casou-se com o militar João Miguel Rosa, que, por sua vez, se tornou cônsul de Portugal na cidade africana, obrigando a família a mudar-se. Pessoa foi para lá em 1896, com 8 anos, ali ficando até aos 17 anos.

Antes e depois desse período, a sua vida foi fincada em Lisboa [...] “Para Pessoa, Lisboa foi mais do que uma cidade, foi a pátria, condensadamente. E desde que nela lançou âncora, em 1905, nunca mais daí saiu”, confirma Teresa Rita Lopes, uma das maiores investigadoras da obra e da vida do poeta [...].

20 Rotas pessoais

Pessoa era uma espécie de *freelancer*, um profissional autônomo que se dedicava a traduções de cartas comerciais para diversas empresas e casas comerciais de Lisboa. Isso ajuda a explicar o fato de ter sido um verdadeiro andarilho, indo de um lado para o outro, algo que acabaria por constituir a sua própria personalidade. Era caminhando que pensava, que refletia.

“Para ele era uma maneira de estar sozinho de fato, bem como uma forma de ter ideias, era uma maneira de criar. Depois, nos diários que fez, dizia as ideias que tinha tido em tal passeio. Os passeios para ele eram também momentos de criação. Andava imenso”, explica Teresa Rita Lopes.

CORREIA FILHO, J. **Lisboa em Pessoa**: guia turístico e literário da capital portuguesa. Lisboa: Publicações Don Quixote, 2011, p. 21 - 22. Adaptado.

1

No título “Pessoa em **pessoa**”, se considerado o nome do poeta, a palavra em destaque evoca o seguinte sentido:

- (A) A lembrança de que Fernando Pessoa também trabalhava como profissional autônomo.
- (B) O estabelecimento do estreito elo entre o poeta, a sua obra e sua aversão a viagens.
- (C) A ideia de que cada pessoa possui um modo próprio de fazer turismo, seja solitário ou em grupo.
- (D) A ironia de que um poeta possa vir a ser um autor de guias turísticos.
- (E) A revelação do aspecto humano do poeta por meio de seus diários.

2

A seguinte frase tem todas as palavras grafadas corretamente:

- (A) Pessoa conhecia muito bem Lisboa e admirava cada ponto da cidade.
- (B) O poeta português não gostava muito de viajar, mais às vezes tinha de sair de Lisboa.
- (C) Fernando foi obrigado a ir para a África quando o pai se tornou um agente diplomático.
- (D) Para Pessoa, ficar desacompanhado era uma forma de entreterimento.
- (E) O poeta deixou Lisboa muito pouco e sempre o fez por motivos alheios à sua vontade.

3

Em qual dos trechos a alteração da pontuação mantém o sentido original e respeita a norma-padrão?

- (A) “Existe uma ironia ao fazer-se um guia a partir de um roteiro turístico escrito por Fernando Pessoa: embora ele tenha detalhado cada ponto de Lisboa, cidade onde nasceu e viveu, o maior poeta português não gostava de viajar” (ℓ. 1-5) — Existe uma ironia, ao fazer-se um guia a partir de um roteiro turístico escrito por Fernando Pessoa. Embora ele tenha detalhado cada ponto de Lisboa, cidade onde nasceu e viveu, o maior poeta português não gostava de viajar.
- (B) “Após a morte do pai, a sua mãe casou-se com o militar João Miguel Rosa, que, por sua vez, se tornou cônsul de Portugal na cidade africana, obrigando a família a mudar-se” (ℓ. 9-12) — Após a morte, do pai, a sua mãe, casou-se com o militar João Miguel Rosa, que, por sua vez, se tornou cônsul, de Portugal, na cidade africana, obrigando a família a mudar-se.
- (C) “Para Pessoa, Lisboa foi mais do que uma cidade, foi a pátria, condensadamente. E desde que nela lançou âncora, em 1905, nunca mais daí saiu” (ℓ. 15-18) — Para Pessoa, Lisboa foi mais do que uma cidade: foi a pátria, condensadamente, e, desde que nela lançou, âncora, em 1905, nunca mais, daí saiu.
- (D) “Isso ajuda a explicar o fato de ter sido um verdadeiro andarilho, indo de um lado para o outro, algo que acabaria por constituir a sua própria personalidade. Era caminhando que pensava, que refletia” (ℓ. 24-28) — Isso ajuda a explicar o fato, de ter sido um verdadeiro andarilho. Indo de um lado para o outro, algo que acabaria por constituir a sua própria personalidade, era caminhando que pensava, que refletia.
- (E) “Para ele era uma maneira de estar sozinho de fato, bem como uma forma de ter ideias, era uma maneira de criar. Depois, nos diários que fez, dizia as ideias que tinha tido em tal passeio” (ℓ. 29-32) — Para ele, era uma maneira de estar sozinho de fato, bem como uma forma de ter ideias; era uma maneira de criar. Depois, nos diários que fez dizia as ideias, que tinha tido em tal passeio.

4

O trecho em que o pronome entre parênteses substitui a expressão destacada, de acordo com a norma-padrão, é

- (A) “embora ele tenha detalhado **cada ponto de Lisboa**” (ℓ. 3). (o tenha detalhado)
- (B) “só deixou **a sua cidade natal** em raras ocasiões” (ℓ. 5-6) (deixou-lhe)
- (C) “obrigando **a família** a mudar-se” (ℓ. 11-12) (obrigando-lhe)
- (D) “dedicava **a traduções**” (ℓ. 22) (as dedicava)
- (E) “algo que acabaria por constituir **a sua própria personalidade**” (ℓ. 26-27) (constituir-lhe)

5

O sentido de **fincada** (ℓ. 14-15) no texto equivale ao de

- (A) enterrada
- (B) encostada
- (C) plantada
- (D) pregada
- (E) fixada

6

No trecho “Depois, nos diários que fez, dizia as ideias que tinha tido em tal passeio. Os passeios para ele eram também momentos de criação.” (ℓ. 31-33) a junção dos períodos em apenas um mantém o sentido original e está adequada à norma-padrão em:

- (A) Nos diários que fez, dizia as ideias que tinha tido depois em tal passeio, os quais, para ele, eram também momentos de criação.
- (B) Embora os passeios para ele tivessem sido também momentos de criação, depois, nos diários que fez, dizia as ideias que tinha tido em um passeio tal.
- (C) Depois, nos diários que fez, dizia as ideias que tinha tido em tal passeio, mas os passeios para ele eram também momentos de criação.
- (D) Ainda que os passeios para ele fossem também momentos de criação, ele dizia as ideias que tinha tido em tal passeio, nos diários que fez depois.
- (E) Os passeios para ele eram também momentos de criação: assim, depois, nos diários que fez, dizia as ideias que tinha tido em tal passeio.

7

O verbo em destaque está flexionado de acordo com a norma-padrão em:

- (A) Como **haviam** muitos interessados na viagem, foi feito um sorteio.
- (B) Muitos turistas **parecem** não respeitar os limites de horário impostos pelas agências.
- (C) Existem pessoas que **parecem estarem** sempre à procura de roteiros de viagens.
- (D) **Convêm** os turistas estarem conscientes das leis de cada localidade conhecida.
- (E) Para os turistas, **parecem** não existirem lugares difíceis de conhecer.

8

O acento indicativo de crase está empregado de acordo com a norma-padrão em:

- (A) Chego na sua casa daqui **à** poucos minutos.
- (B) Fico **à** esperar uma visita sua aqui em Lisboa.
- (C) Desejo **à** seu grupo uma boa viagem pela Europa.
- (D) Do fado **à** canção regional, são expressivas as músicas lusitanas.
- (E) Estimo **à** todos os viajantes que tenham boas lembranças de seu turismo.

O texto a seguir é um memorando hipotético. Considere-o para responder às questões de n^{os} 9 e 10.

Mem 118/DJ

Aos Srs. Chefes de Departamento

Assunto: Alteração das normas de repasse de verbas

Prezados Srs.

5 Dirijo-me aos senhores para informar que houve decreto que estabeleceu novas normas que vão de encontro às anteriores, no que diz respeito ao repasse de verbas para financiamento de projetos e que essas normas irão vigorar a partir de janeiro do próximo ano.

10 Desta forma, resolvemos terminar com os projetos ainda não iniciados para adaptá-los às novas normas e fazer com que sigam as novas orientações.

Pedimos, então, que todos os projetos em que há essas características sejam revisados pelos Departamentos.

15 A esse memorando segue, anexa, a relação dos projetos que se enquadram nessa categoria.

Sem mais, estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Um abraço de

20 **J. Félix da Silva**

Diretor Executivo

9

Avaliando-se o memorando apresentado, constata-se que, de acordo com o Manual de redação da Presidência da República, a informação obrigatória que **NÃO** figura em seu cabeçalho é a seguinte:

- (A) os endereços dos chefes de departamento a quem o remetente se dirige.
- (B) a referência à correspondência anterior falando sobre o assunto relacionado.
- (C) o local e a data colocados no campo direito do documento.
- (D) o campo que especifica a presidência da instituição.
- (E) o tipo e o número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede.

10

Dada a relação existente entre o emissor e os destinatários, segundo o Manual de redação da Presidência da República, o fecho adequado deveria ser

- (A) Atenciosamente
- (B) Respeitosamente
- (C) Sem mais
- (D) À espera de resposta
- (E) Com toda a minha consideração

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11

Na complexa organização da Administração Pública federal, atuam diversas pessoas jurídicas, dentre as quais as autarquias.

Considera-se um privilégio das autarquias a

- (A) execução privada
- (B) quitação de taxas federais
- (C) impenhorabilidade dos seus bens
- (D) irresponsabilidade dos seus dirigentes
- (E) equiparação com as sociedades de economia mista

12

Nos termos da Lei Geral de Licitações, regra geral, as obras e serviços destinados aos mesmos fins terão projetos organizados por tipos, categorias ou classes.

Trata-se da incidência do princípio da

- (A) transparência
- (B) funcionalidade
- (C) competitividade
- (D) impessoalidade
- (E) padronização

13

O objeto da licitação, quando se tratar de obra ou serviço, deve estar baseado em

- (A) pagamento antecipado das despesas iniciais
- (B) projeto básico aprovado pela autoridade competente
- (C) convite aos interessados publicado em Diário Oficial
- (D) audiência pública para escolha da espécie de licitação
- (E) autorização prévia dos órgãos de controle, inclusive do Ministério Público

14

Como regra geral, nos termos da Lei Geral que regula os contratos administrativos, fica estabelecido que a duração desses contratos está vinculada à

- (A) eficácia do ajuste
- (B) economicidade da execução
- (C) periodização do contrato
- (D) vigência do crédito orçamentário
- (E) autorização da autoridade competente

15

Quando um contrato é atingido no seu equilíbrio econômico-financeiro, diante de fatos previsíveis, mas de consequências incalculáveis para a execução do ajustado, deve ser aplicada a denominada

- (A) revisão
- (B) reparação
- (C) indenização
- (D) retenção
- (E) estabilização

16

Historicamente, grassava crítica quanto à amplitude das normas que os responsáveis pela elaboração da Lei Orçamentária estabeleciam, dificultando a sua execução.

Atualmente, o problema foi resolvido pela aplicação do denominado princípio da

- (A) anualidade
- (B) periodicidade
- (C) universalidade
- (D) exclusividade
- (E) modicidade

17

Na busca do equilíbrio orçamentário, o Governo estabelece uma meta para *superavit* do orçamento corrente.

Tal receita, consoante a Lei Geral que regula a Contabilidade Pública, é considerada como sendo uma receita de

- (A) capital
- (B) inversão
- (C) exploração
- (D) aplicação
- (E) patrimônio

18

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi considerada uma Lei nacional aplicável a todas as esferas de governo, criando limitações aos administradores públicos de todos os matices e estabelecendo severas sanções para o seu descumprimento.

No caso de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, a sua adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e a compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias será acompanhada de declaração do

- (A) chefe do executivo
- (B) ordenador de despesa
- (C) gerente geral do órgão
- (D) controlador orçamentário interno
- (E) fiscal orçamentário externo

19

No controle externo da atividade administrativa, no aspecto financeiro e contábil, atua o Tribunal de Contas da União.

Sua atividade é considerada de natureza

- (A) especial
- (B) mista
- (C) jurisdicional
- (D) administrativa
- (E) extravagante

20

No controle dos atos administrativos realizados pelo Poder Judiciário, deve ocorrer a sua circunscrição quanto ao aspecto da

- (A) legalidade
- (B) vinculação
- (C) finalidade
- (D) motivação
- (E) discricionariedade

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**21**

A Contabilidade tem como objetivo fundamental fornecer informações estruturadas aos seus diversos usuários, quer sejam internos, quer sejam externos.

Nesse enfoque, os usuários da informação contábil, mais preocupados com o risco inerente e as taxas de retorno, integram o grupo do(s)

- (A) governo e de suas agências
- (B) investidores
- (C) empregados
- (D) clientes
- (E) credores por empréstimos

22

De acordo com os elementos técnico-conceituais do método das partidas dobradas, na Contabilidade brasileira, os débitos são realizados, somente, nas contas

- (A) Credoras
- (B) Devedoras
- (C) do Ativo e do Passivo
- (D) do Ativo, Passivo e do Patrimônio Líquido
- (E) Patrimoniais e de Resultado

23

O Conselho Federal de Contabilidade, na Resolução nº 750/1993, estabelece que os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e das teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País.

Nesse enfoque, o pressuposto de que ativos e receitas não sejam superestimados, e passivos e despesas não sejam subestimados é estabelecido pelo Princípio de Contabilidade da(o)

- (A) Competência
- (B) Continuidade
- (C) Oportunidade
- (D) Prudência
- (E) Registro pelo Valor Original

24

A Lei Societária nº 6.404/1976 estabelece que, ao final de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio e as mutações ocorridas no exercício social.

Nesse contexto, estão obrigadas a elaborar todas as demonstrações contábeis determinadas na legislação societária, as Sociedades Anônimas de

- (A) capital aberto
- (B) capital fechado
- (C) capital aberto e fechado
- (D) grande porte econômico
- (E) responsabilidade limitada

RASCUNHO

25

Uma companhia apresentou as seguintes informações referentes a um determinado equipamento, no encerramento do balanço, antes do cálculo da respectiva depreciação anual:

Ativo Imobilizado	
Equipamento	440.000,00
(-) Depreciação Acumulada	132.000,00

Informações adicionais, exclusivas do equipamento acima:

- Vida útil estimada para o equipamento: 10 anos
- Valor estimado para sua revenda, ao final da vida útil: R\$ 110.000,00
- Utilização em turno único
- Critério de depreciação: método das quotas constantes

Considerando-se, exclusivamente, as informações recebidas e as normas contábeis vigentes relativas ao imobilizado, devidamente atendidas pela Companhia, o valor da depreciação anual desse equipamento, em reais, é de

- (A) 19.800,00
 (B) 30.800,00
 (C) 33.000,00
 (D) 41.800,00
 (E) 44.000,00

26

Uma indústria adquiriu uma patente de invenção para um novo item de sua linha de produtos, nas seguintes condições:

- Valor pago: 600.000,00
- 1990: Início da contagem do prazo de 20 anos da proteção do privilégio dessa patente de inovação
- 2005: ano da aquisição dessa patente de invenção (15 anos decorridos)

Considerando-se exclusivamente as informações recebidas e os procedimentos técnicos cabíveis, o valor anual da amortização desse processo, em reais, é de

- (A) 30.000,00
 (B) 40.000,00
 (C) 60.000,00
 (D) 120.000,00
 (E) 150.000,00

27

Uma Sociedade Anônima apresentou, nos Balanços encerrados em 2011 e 2012, sua participação na investida H, classificada no Ativo Não Circulante / Investimentos / Avaliados pelo Valor Justo.

No encerramento do exercício de 2012, a Assembleia Geral da investida H aprovou a distribuição de dividendos obrigatórios, cabendo à investidora o valor de 50.000,00 a esse título.

Considerando exclusivamente as informações recebidas e as normas contábeis vigentes, a investidora reconheceu tais dividendos, nas suas operações, através do seguinte registro contábil:

(A) D – Banco c/Movimento	50.000,00	
C – Dividendos Propostos		50.000,00
(B) D – Caixa	50.000,00	
C – Dividendos Propostos		50.000,00
(C) D – Caixa	50.000,00	
C – Investimentos Avaliados a Valor Justo		50.000,00
(D) D – Dividendos a Receber	50.000,00	
C – Investimentos Avaliados a Valor Justo		50.000,00
(E) D – Dividendos a Receber	50.000,00	
C – Receita de Dividendos		50.000,00

Considere os dados a seguir para responder às questões de nºs 28 a 30.

Para elaborar o Balanço Patrimonial, uma companhia (sociedade anônima) apresentou as seguintes informações parciais retiradas de seus livros e controles contábeis, quando do encerramento do exercício social 2012:

- Dividendos obrigatórios:
 - Percentual anotado no estatuto: 60%
 - Valor em reais dos dividendos obrigatórios inclusos na proposta da administração: R\$ 570.000,00
- Reserva para contingências
 - Anterior = 0 (zero)
 - Constituída no exercício: inclusa na proposta da Administração: R\$ 190.000,00
- Capital social: no início do exercício, depois da incorporação das reservas de lucros: R\$ 4.050.000,00.

28

Considerando-se exclusivamente as informações apresentadas pela companhia e os termos da Lei societária vigente, o valor da Reserva Legal, constituída no exercício, em reais, é de

- (A) 47.500,00
- (B) 50.000,00
- (C) 57.000,00
- (D) 59.500,00
- (E) 60.000,00

29

Considerando-se que na Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) de 2012 da companhia B, seus saldos inicial e final são iguais a zero e que todo o resultado apurado no exercício foi distribuído nos termos da legislação social vigente, a Reserva de Retenção de Lucros, constituída no exercício, em reais, é de

- (A) 380.000,00
- (B) 440.000,00
- (C) 510.000,00
- (D) 570.000,00
- (E) 630.000,00

30

Considerando-se as determinações da legislação societária e das normas contábeis vigentes bem como, exclusivamente, as informações apresentadas, o capital próprio da companhia B, depois de elaborado o Balanço/2012, em reais, é

- (A) 4.050.000,00
- (B) 4.680.000,00
- (C) 4.870.000,00
- (D) 5.000.000,00
- (E) 5.250.000,00

31

Uma indústria fez as seguintes anotações na produção do modelo J de um dos produtos de sua linha:

- | | |
|--|--------|
| • Produção em quantidade de unidades | 10.000 |
| • Matéria-prima consumida por unidade, em reais | 11,00 |
| • Mão de obra direta consumida por unidade, em reais | 4,00 |
| • Custo fixo unitário, em reais (30.000,00 / 10.000) | 3,00 |
| • Despesa fixa unitária, em reais (24.000,00 / 10.000) | 2,40 |

Face à demanda pelo modelo, a empresa estima aumentar a produção em 50%, mas mantendo a mesma estrutura de todos os custos apontados na produção atual.

Nesse contexto do novo nível de produção do modelo J, se a indústria adotar o método de custeio por absorção e vender 80% da nova produção, por 25,00 a unidade, o lucro bruto apurado, em reais, será de

- (A) 55.200,00
- (B) 76.800,00
- (C) 84.000,00
- (D) 96.000,00
- (E) 120.000,00

32

A Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei da Responsabilidade Fiscal, não aborda o mérito do que pode ou não pode ser inscrito em Restos a Pagar.

Em seu artigo 42, entretanto, ela determina que o titular do Poder não poderá contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do mandato ou de parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja disponibilidade de caixa para isso.

O prazo estabelecido pela aludida Lei Complementar nº 101/2000 para proibição do titular do poder refere-se ao(s) último(s)

- (A) ano de seu mandato
- (B) trimestre de seu mandato
- (C) quadrimestre de seu mandato
- (D) dois trimestres de seu mandato
- (E) dois quadrimestres de seu mandato

33

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte IV, Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, estabelece que a estrutura do Plano de Contas sofre a influência da Teoria Patrimonialista.

Segundo a Teoria Patrimonialista, as Contas que representam a situação dinâmica e as variações patrimoniais são as

- (A) de Resultado
- (B) Diferenciais
- (C) dos Proprietários
- (D) Integrais
- (E) Patrimoniais

34

Os controles internos podem ser considerados como o conjunto de políticas adotadas pelas empresas com o intuito de minimizar riscos e melhorar processos. Em decorrência, um sistema de controle interno, para ser mais efetivo na sua aplicabilidade, deve ser conduzido pelo Conselho da empresa, pela alta Administração, pelos gestores, bem como pelos demais níveis hierárquicos, fazendo com que a cultura desse sistema possa ser plenamente assimilada, compreendida e praticada por todos da organização, para alcançar os respectivos objetivos de desempenho, informação e conformidade.

Nesse contexto e atendendo às características específicas dos objetivos de desempenho, os controles internos devem contemplar procedimentos que permitam

- (A) agilizar as comunicações internas.
- (B) alimentar dados e produzir relatórios.
- (C) apurar os resultados (lucros ou perdas).
- (D) assegurar a gestão de riscos.
- (E) avaliar a qualidade dos ativos.

35

Considerando os termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, configurados na Lei nº 4.320/1964, art. 105, o Balanço Patrimonial de uma empresa do setor público demonstrará, no Passivo Financeiro,

- (A) créditos cuja mobilização dependa de autorização legislativa.
- (B) dívidas fundadas que dependam de autorização legislativa.
- (C) dívidas fundadas que independam de autorização orçamentária.
- (D) outras dívidas que dependam de autorização legislativa para amortização.
- (E) outros pagamentos que dependam de autorização orçamentária.

36

Nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Balanço Patrimonial é formado pelo Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Nesse contexto, no Patrimônio Líquido de uma empresa do Setor Público, as Reservas de Capital compreendem os valores acrescidos ao patrimônio

- (A) por variações patrimoniais diminutivas ocorridas no ativo.
- (B) que não transitaram pelo resultado como variação patrimonial aumentativa.
- (C) que não transitaram pelo resultado como variação patrimonial diminutiva.
- (D) como parcela do lucro líquido do exercício, com finalidades específicas.
- (E) como parcela do lucro líquido do exercício, não destinado especificamente.

37

Num determinado ano-calendário, uma empresa que não estava obrigada à tributação com base no lucro real nem podia adotar o Simples Nacional, optou pela tributação pelo lucro presumido trimestral.

Nessa sistemática, apurou um lucro presumido trimestral bem superior a R\$ 60.000,00, ficando sujeita, em decorrência, à incidência da alíquota de 15% sobre o lucro presumido apurado e da alíquota adicional de 10% sobre a parte excedente a R\$ 60.000,00. Nessas condições, apurado o Imposto de Renda devido, a empresa decidiu pelo seu parcelamento, em 3 quotas iguais e sucessivas, de igual valor, nos termos das normas vigentes.

Nesse contexto, quando do pagamento da terceira quota, no dia do vencimento, o respectivo valor será acrescido de juros de

- (A) 1%, somente
- (B) 2%, somente
- (C) 1% mais a taxa SELIC do mês anterior
- (D) 1% mais a taxa SELIC dos dois meses anteriores
- (E) 1% mais a taxa SELIC dos três meses do período

38

Os termos utilizados pela Contabilidade de custos têm terminologia própria, com significados técnicos específicos, destacando-se dentre eles, na literatura contábil, os de custo e despesa.

Nesse contexto da terminologia técnico-contábil, um custo se transforma em despesa, numa indústria, quando o bem ou serviço que o representa é

- (A) adquirido
- (B) concluído
- (C) consumido
- (D) efetivamente pago
- (E) utilizado na linha de produção

39

Sob o enfoque exclusivo da terminologia aplicada à Contabilidade de custos, “os fatos ocorridos em situações excepcionais, que fogem à normalidade das operações da empresa”, configuram a definição técnico-conceitual de

- (A) desembolso
- (B) desperdício
- (C) insumo
- (D) perda
- (E) prejuízo

40

A eficiente administração de caixa e do seu controle passa pelo bom entendimento do ciclo de caixa da empresa, uma vez que o controle do nível desse ciclo pode ser feito mediante intervenções nas atividades de produção, estocagem e política de vendas.

Nesse contexto e sob o enfoque exclusivo do controle de caixa, numa indústria, o aumento da sua produtividade, implicando menor prazo de produção, provocará o(a)

- (A) mesmo giro de caixa
- (B) aumento do giro de caixa
- (C) aumento do prazo do ciclo de caixa
- (D) maior demanda por moeda
- (E) redução do giro de caixa

41

O Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) é um livro de natureza fiscal que, na sua forma manuscrita, tem que ser escriturado na Parte A e na Parte B que o compõem, sendo que na Parte A, a escrituração será realizada em ordem cronológica, folha após folha, sem intervalos e entrelinhas, período a período.

Nesse contexto, na Parte A do LALUR, antes da sua complementação com as assinaturas estabelecidas na legislação fiscal, a escrituração manual será encerrada com a transcrição do(a)

- (A) Balanço Patrimonial
- (B) Demonstração do Lucro Real
- (C) Demonstração do Resultado do Exercício
- (D) Demonstração do Lucro (prejuízo) Acumulado
- (E) Demonstração dos cálculos para apurar os impostos

RASCUNHO



42

No Balanço Patrimonial, de acordo com os termos da legislação societária em vigor, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

Nesse contexto, no Ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nela registrados, nos seguintes grupos:

- (A) Ativo Circulante e Ativo Não Circulante
- (B) Ativo Circulante e Ativo Permanente
- (C) Ativo Realizável a Longo Prazo e Ativo Permanente
- (D) Disponível, Estoques e Despesas Antecipadas do Exercício Seguinte
- (E) Realizável a Longo Prazo, Investimentos e Imobilizado

43

De acordo com o entendimento técnico-conceitual da estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), direto ou indireto, integra o fluxo dos financiamentos a(o)

- (A) aquisição à vista de veículos de uso
- (B) aumento de capital social em dinheiro
- (C) pagamento de compra de mercadorias a prazo
- (D) recebimento de venda de mercadorias a prazo
- (E) resgate de aplicações financeiras no prazo de 1 ano

44

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte I, a receita orçamentária (receita pública), quanto ao reflexo na situação patrimonial líquida, sob o enfoque contábil, pode ser classificada como efetiva e não efetiva.

Nesse enfoque da situação patrimonial líquida, uma receita orçamentária efetiva indica a ocorrência de um fato contábil

- (A) misto aumentativo
- (B) misto diminutivo
- (C) modificativo aumentativo
- (D) modificativo diminutivo
- (E) permutativo

45

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte I, no campo conceitual da receita e da despesa, apresenta a seguinte definição: “é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada”.

Os termos acima transcritos indicam a definição de

- (A) despesa orçamentária
- (B) dispêndio extraorçamentário
- (C) empréstimo vencível antes de 10 meses
- (D) receita extraorçamentária
- (E) receita orçamentária

46

Um investidor conservador, tendo disponível um determinado capital, recebeu uma proposta para aplicar tal capital, em uma única parcela, à taxa de juros simples de 12% ao trimestre.

Nas condições oferecidas, o valor investido em quota única, para ser quadruplicado, deverá ficar investido pelo prazo de quantos meses?

- (A) 8,3
- (B) 25
- (C) 50
- (D) 75
- (E) 125

47

No controle e acompanhamento do orçamento de caixa, uma empresa comprovou a existência de uma sobra de dinheiro, elevada e consistente, para o próximo ano.

Em decorrência, a empresa decidiu pagar, antecipadamente, a dívida bancária de R\$ 350.000,00, vencível dentro de 4 meses, contados do dia do pagamento antecipado, com uma taxa de desconto comercial, negociada com o banco, a juros simples, de 30% ao ano.

Nesse contexto, o valor pago na quitação dessa dívida, nos termos do desconto comercial simples (desconto por fora) negociado, em reais, foi de

- (A) 245.000,00
- (B) 315.000,00
- (C) 318.182,00
- (D) 323.750,00
- (E) 341.250,00

48

No âmbito do Setor Público, mais precisamente do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, no Capítulo II, Das atividades, estabelece o seguinte:

Art. 3º O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal compreende o conjunto das atividades relacionadas à avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e à avaliação da gestão dos administradores públicos federais, bem como o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União.

Nesse contexto do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, a avaliação do cumprimento das metas do Plano Plurianual visa a comprovar a(o)

- (A) adequação dos controles internos e sua consistência.
- (B) conformidade da execução como os limites e destinações estabelecidos na legislação.
- (C) conformidade de sua execução.
- (D) legalidade e a legitimidade dos atos e a examinar os resultados.
- (E) nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento.

Considere os dados a seguir para responder às questões de nºs 49 e 50.

Considerando exclusivamente as vendas orçadas para o 1º quadrimestre/2013, a partir de janeiro/2013, a empresa Y informou as seguintes entradas de caixa, que foram evidenciadas no correspondente orçamento de caixa:

Entradas de Caixa	Março/2013
Vendas à vista	560.000,00
Vendas de Janeiro	190.000,00
Vendas de Fevereiro	300.000,00

Política de vendas para 2013

Dados em percentual	À vista	30 dias	60 dias	90 dias
Vendas	40%	25%	20%	15%

Outras informações do orçamento de caixa/2013:

- Aumento do volume de vendas previsto para abril/2013 = 10% sobre março/2013
- Preço de venda dos produtos: mantido de janeiro a março/2013
- Estoque inicial de duplicatas a receber: 0 (zero).
- Na elaboração do orçamento de caixa, a empresa Y adotou o ano comercial (360 dias)

49

Considerando-se somente os dados recebidos e a boa técnica do orçamento de caixa, o total de vendas projetado de janeiro/2013 a abril/2013, inclusive, pela empresa Y, em reais, é de

- (A) 3.550.000,00
- (B) 4.140.000,00
- (C) 4.408.950,00
- (D) 5.090.000,00
- (E) 5.740.000,00

50

Considerando-se exclusivamente as informações recebidas e a boa técnica da elaboração do orçamento de caixa, o recebimento de vendas (entrada de caixa) projetado, pela empresa Y, para maio/2013, em reais, é

- (A) 385.000,00
- (B) 518.000,00
- (C) 845.000,00
- (D) 1.050.000,00
- (E) 1.348.500,00

51

Uma indústria apresentou as seguintes anotações sobre a matéria-prima utilizada na fabricação de um dos produtos da sua linha, num determinado período produtivo:

Matéria-prima consumida	Percentual de participação no total da matéria-prima consumida	Aumento de preço dos materiais
AA	75,0%	4%
BB	17,5%	2%
CC	7,5%	6%
Total	100,0%	12%

Considerando-se exclusivamente as informações apresentadas, verifica-se que a inflação na empresa, exclusivamente para esse produto, decorrente da matéria consumida é de

- (A) 3,39%
- (B) 3,80%
- (C) 4,00%
- (D) 12,00%
- (E) 12,44%

52

Uma indústria adquiriu uma máquina, com vida útil estimada em 10 anos, pelo valor de R\$ 100.000,00, com direito a um incentivo fiscal, para efeitos de imposto de renda, igual a 1,5 vezes o valor da depreciação normal apurada pelo método das quotas constantes.

Considerando-se exclusivamente as informações recebidas, as normas fiscais relativas à depreciação acelerada incentivada e à alíquota de 15% para o imposto de renda, o valor do imposto de renda diferido acumulado, ao final do 4º ano de uso do equipamento, em reais, é de

- (A) 3.000,00
- (B) 6.000,00
- (C) 9.000,00
- (D) 15.000,00
- (E) 20.000,00

53

A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, dispõe sobre as sociedades por ações. No capítulo I, trata das características da companhia ou sociedade anônima, estabelecendo que o seu capital seja dividido em ações e que a companhia será aberta ou fechada, caso as ações sejam ou não negociadas no Mercado de Valores Mobiliários.

A aludida Lei, devidamente atualizada até dezembro/2013, estabelece no Capítulo XV, Seção II, que ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras, com base na escrituração mercantil da companhia.

Nesse contexto, considerando-se única e exclusivamente as determinações da Lei nº 6.404/1976, e suas alterações posteriores, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é uma demonstração

- (A) facultativa para todas as sociedades anônimas
- (B) obrigatória para todas as sociedades anônimas
- (C) condicional para todas as sociedades anônimas
- (D) obrigatória para as sociedades de capital aberto e facultativa para as de capital fechado
- (E) obrigatória para as sociedades de capital aberto e condicional para as de capital fechado

54

A Lei nº 12.919, de 24 de setembro de 2013, dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.

A aludida Lei, no Capítulo II, trata da estrutura e organização dos orçamentos, apresentando no seu Art. 5º alguns entendimentos para efeitos da Lei, sendo um deles a “quantidade estimada para o produto no exercício financeiro”.

Tal conceito reporta-se diretamente ao entendimento de

- (A) concedente
- (B) meta física
- (C) subtítulo
- (D) unidade de medida
- (E) unidade orçamentária

55

Nos procedimentos de auditoria interna, são feitos os testes de observância para se obter uma razoável margem de segurança de que os controles internos estão sendo adotados e funcionando de acordo com as normas estabelecidas pela Administração.

Nesse contexto, numa auditoria interna, a verificação de registros, documentos e ativos tangíveis indica a aplicação do procedimento da

- (A) confirmação
- (B) exatidão
- (C) inspeção
- (D) investigação
- (E) observação

56

Uma empresa, tributada pelo lucro real, utiliza o incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) ao qual aderiu, atendendo a todos os trâmites impostos pela legislação pertinente, firmando convênio com uma empresa fornecedora de alimentação coletiva, utilizando-se das prerrogativas legais para tal.

Nesse contexto, a participação financeira global dos trabalhadores dessa empresa no custeio das suas refeições, no PAT, fica limitada a um percentual, incidente sobre o custo direto da refeição, máximo de

- (A) 4%
- (B) 5%
- (C) 10%
- (D) 20%
- (E) 30%

57

O Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), que, de modo geral, consiste na modernização da sistemática do cumprimento das obrigações fiscais acessórias, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital.

O Sped iniciou com três grandes projetos: Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital e Nota Fiscal Eletrônica: ambiente nacional.

No que se refere ao programa da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), de acordo com as normas técnicas vigentes para ela, verifica-se que o acompanhamento e o trânsito de mercadorias é feito com a impressão da

- (A) NF-e
- (B) DANFE
- (C) autorização de uso da NF-e
- (D) pré-validação do arquivo da NF-e
- (E) chave do arquivo eletrônico da NF-e

58

Informações de uma indústria com relação à fabricação de três modelos, que utilizam exatamente a mesma matéria-prima e mão de obra especializada, de um dos produtos da sua linha:

Elementos do custeio variável	Modelo A	Modelo B	Modelo C
Matéria-prima por unidade (em quilos)	10	15	17,5
Mão de obra direta por unidade (em horas)	6	4	5
Produção (em unidades)	50.000	40.000	36.000
Preço de venda por unidade (em reais)	178,00	206,00	237,50

Outras informações

- Matéria-prima: custo por quilo - R\$ 10,00
- Mão de obra direta especializada: custo por hora - R\$ 5,00
- A indústria estima para a próxima produção desses modelos:
 - Restrição temporária de 30% da mão de obra especializada
 - Manutenção do custo da matéria-prima e do custo da mão de obra especializada
 - Manutenção dos preços de venda

Considerando-se a restrição de mão de obra prevista para a próxima produção e o desejo da indústria de ter o lucro máximo possível com esses modelos, a quantidade de unidades a ser produzida, no novo plano produtivo, por modelo, será:

	Modelo A	Modelo B	Modelo C
(A)	Eliminada	Reduzida	Mantida
(B)	Mantida	Eliminada	Reduzida
(C)	Mantida	Reduzida	Reduzida
(D)	Reduzida	Mantida	Mantida
(E)	Reduzida	Mantida	Eliminada

59

Os custos de oportunidade representam os benefícios de que a empresa abre mão ao decidir por uma alternativa de negócio (investimento) em detrimento de outra.

Nesse enfoque, tais custos de oportunidade, por sua natureza, devem ser considerados custos

- (A) evitáveis, sempre
- (B) incrementais, só às vezes e em casos especiais
- (C) incrementais, sempre
- (D) irrecuperáveis, só às vezes e em casos especiais
- (E) irrecuperáveis, sempre

60

Em relação à legislação do ISS do município do Rio de Janeiro, considere as afirmativas a seguir.

- I - A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis.
- II - A incidência do imposto depende da destinação dos serviços.
- III - A incidência do imposto depende da existência de estabelecimento fixo.

É correto **APENAS** o que se afirma em

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) I e II
- (E) II e III